

Viajar é bom!

Não importa o destino, fazer uma viagem é dar um tempo para a alma, é respirar. O **ICI Viagens e Turismo** está sempre à disposição para que você possa aproveitar o melhor da vida.



LAS VEGAS/EUA

Luxor Resort e Casino

10x R\$ **402** por pessoa



CRUZEIRO MSC POESIA

Uruguai e Argentina (All Inclusive)

10x R\$ **370** por pessoa



NATAL/RN

Ocean Palace Resort

10x R\$ **247** por pessoa



MACEIÓ/AL

Hotel Ritz Lagoa da Anta

10x R\$ **208** por pessoa



Avenida Humaitá, 572
Telefone: 44 3305 - 3662
WhatsApp: 44 99161 - 3663
E-mail: contato@ici.tur.br

VEC SISTEMAS



Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2019

Jornal Psicologia em Foco®



Mulheres na História: apontamentos para compreender a opressão

XX e XX sessão especial

Entrevista com Vera Iaconelli

XX e XX entrevista

O peso de ser: questões acerca da gordofobia e a construção do espaço social do sujeito gordo

XX e XX social



Edição nº 40
Jan. Fev. Mar.
Abril de 2019

Jornal Psicologia em Foco Nº 40 - ISSN 2178-9096

EDITORIAL

COORDENAÇÃO

Lauren Stephani Soares de Carvalho.

REDAÇÃO

João Henrique Piva Boeira, Vinícius Romagnolli R. Gomes (CRP 08/16521), Ana Gabriela Monteschio (CRP 08/28602), Eduardo Chierrito (CRP 08/22624), Emily Albuquerque (CRP 08/24208), Marcos Paulo Shiozaki (CRP 08/23463), Toni Trentinalha (CRP 08/26248), Luciano Biondi, Gabriel Arndt, Lauren Stephani Soares de Carvalho, Letícia Cabral Gonçalves Lopes, Cícero Félix (CRP 08/24633), Gabriela Cristófoli Pereira (CRP 08/26144), Thaynara Felipe (CRP 08/23925), Francieli Ferri, Alison Maciel Cezar, Caroline Lopes Bolsoni, Mariana Schemberger Bardi, Joed Jacinto Ryal, Lucas Antonio Franco Ribeiro, Nicolle Alvez, Amanda Tardivo Rainha (CRP 08/16705), Mirian Noemí Machado de Souza (CRP 08/23267), Regina Franco Fontana Tuller.

REVISÃO

João Henrique Piva Boeira, Eduardo Chierrito (CRP 08/22624), Gabriela Cristófoli Pereira (CRP 08/26144), Letícia Cabral Gonçalves Lopes, Mariana Schemberger Bardi, Suelen Albuquerque (MTb 8792/PR), Luciano Biondi, Gregório Rodrigues Balielo, Amanda Cari Fahur.

DIGRAMAÇÃO

Pamella Arruda Ringwald

ARTE DE CAPA

Eliane Cristina da Silva

DIVULGAÇÃO

Lauren Stephani Soares de Carvalho, Lucas Antonio Franco Ribeiro, Ana Gabriela Monteschio (CRP 08/28602), Nicolle Alvez, Francieli Ferri.

IMPRESSÃO

Gráfica O Diário

TIRAGEM

1000 exemplares

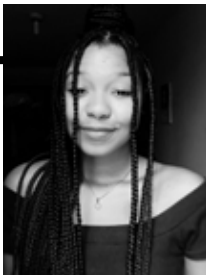
ENTRE E NOSSO FACEBOOK PARA ACESSAR CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

facebook.com/
psicologiaemfocoinstituto

PUBLIQUE SEU TEXTO

Envie um e-mail para
ipfocinadosaber@gmail.com

Não se esqueça de alinhar o conteúdo
com o eixo temático e seguir as
instruções em nosso site:
instituto psicologiaemfoco.com.br



Lauren S. S. Carvalho
Acadêmica de psicologia
e presidente do Instituto
Psicologia em Foco.

Tempo para Mudanças

Cara leitor/a,

Que a vida é feita de ciclos, todos sabem. A cada dia um começo, mas também a finalização de algo, nem sempre são encerramentos bons (às vezes até são dolorosos), mas nos lembra o quanto a vida é breve e como cada instante importa. Neste momento estamos iniciando um novo ciclo no Jornal Psicologia em Foco, e também no Instituto: eu assumo, a partir desse ano (2019), a presidência do IPF.

Esse movimento talvez estranhe alguns, mas é necessário, e principalmente, é verdadeiro. Todas as mãos, braços, corações e brilhos nos olhos que cada um de nossos membros possui é o que me dá forças para iniciar essa trajetória e lhe escrever este texto. No decorrer do ano, nos propomos a levantar discussões acerca do Brasil e sua História, (re)

pensar estruturas, conceitos e as nossas brasilidades. Talvez você pense que isso esteja fugindo um pouco da psicologia, mas lhe convido a pensar plural, pois compreendemos que não se faz psicologia olhando apenas com uma abordagem e tampouco se discute a sociedade analisando-a através de uma única vertente. Em meu discurso de posse, citei uma frase da Angela Davis que carrego comigo como um mantra: “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, e assim, lhes invito a se movimentarem comigo nesse novo ciclo, e que estejam abertos para nós, para mim. Me sinto muito honrada em representar tudo isso que, ao meu ver, é um grito, um manifesto, uma luz. Sejam todos/as bem vindos/as e boa leitura.



Conheça a equipe do JPF

Promovemos experiências transformadoras para que a comunidade (acadêmica e leiga) possa ter acesso à psicologia de uma maneira inovadora.

Leia as edições do nosso jornal também online:

instituto psicologiaemfoco.com.br

Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2019.

CAPA

> Artista da capa.

Eliane Cristina da Silva

Eliane Cristina da Silva é Artista Visual, Arte Educadora e Pesquisadora. Graduada em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM). Atualmente desenvolve pesquisa relacionadas à arte popular, cultura popular, arte têxtil e a condição da mulher negra nas Artes Visuais. Suas produções partem de desenhos, pinturas, bordados, linhas e tecidos trazendo à tona a invisibilidade, subalternidade e a solidão da mulher negra na sociedade brasileira. O desenho produzido para a capa do Jornal Psicologia em Foco discute o desamparo que a mulher mãe sofre para criar seu filho(a), de modo que os elementos que deveriam fazer parte do cuidado e suporte para a formação do indivíduo são sustentados apenas pela mãe.



Membros da equipe – Na Ed. 37 estão faltando os nomes Lauren Stephani Soares de Carvalho, Cícero Felix e Thaynara Felipe como membros da redação; o nome de Luana Ramos Rocha está faltando como membro da redação e revisão.

Patrocinadores – Café Cremoso não apareceu na edição 39. EPPM não apareceu nas edições 38 e 39. Ato Analítico não apareceu nas edições 38 e 39. Cayla Sousa dos Reis não saiu na edição 39. Doutor Cleto Rocha não saiu nas edições 38 e 39.

Preço do jornal – Na edição 39 está marcado com o valor de R\$2,00, mas o valor foi alterado para R\$4,00.

Textos – Na edição 37, p. 9, no texto “A Fênix e o Basilisco”, foi escrito “Obelisco” no lugar de “Basilisco” no início do último parágrafo. Na edição 38, p.14, o texto “A Utopia da Cocanha” foi publicado sem a autoria de Luísa Berti Fiorin, acadêmica de Psicologia (PUC – Maringá). Na edição 39, p.7, Jacinto Maia Neto teve o seu título atribuído erroneamente como psicanalista.

Caso encontre algum erro em nosso material, nos contate pelo e-mail: ipfocinadosaber@gmail.com

Errata

Jornal Psicologia em Foco 2018.

(Ed. 37, 38 e 39):



Doutora pelo Instituto de Psicologia da USP. Diretora do Instituto Brasileiro de Psicologia Perinatal e Parental Gerar. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Psicanalista participante dos Fóruns do Campo Lacaniano de SP. Escreve para a Folha de S. Paulo.

Vera Iaconelli

IPF: *Vera, muitos de seus escritos versam sobre o tema da maternidade. Quais são os desafios para o exercício da maternidade no Brasil de hoje?*

VERA: A maternidade sempre carrega consigo os desafios que enfretam as mulheres em cada momento histórico. Atualmente, as mulheres acumulam as funções domésticas, de cuidados com os filhos e o sustento da família, pois são a maioria das chefes de família no país. Isso significa que, na partilha reprodutiva, a mulher fica com quase todo o ônus. Como se não bastasse, ela é penalizada pela diferença salarial, pela licença maternidade insuficiente e pelo o alto índice de demissões na volta ao trabalho. Além disso, enfrentamos a situação paradoxal de idealizar a maternidade como um momento de plena realização e felicidade.

IPF: *Como a estrutura patriarcal brasileira repercute no psiquismo da mulher que busca “ser mãe”?*

VERA: Dentro da mentalidade patriarcal existem as mulheres com quem se divertir e existem as mulheres com quem se pode ter filhos. Esses não é um discurso dos homens, é um discurso da sociedade como um todo. Ele está na boca de muitas mulheres e se baseia na ideia de que uma mãe é alguém que deixou de ser mulher para se tornar, acima de tudo, mãe. A idealização da maternidade cria fantasias que desembocam em grandes sofrimentos psíquicos. Algumas mulheres têm verdadeira fobia da experiência da maternidade porque temem pagar o preço de deixar de ter direito a uma vida particular. Os homens, por outro lado, ao enfrentar a paternidade atual, têm sido atravessados pela crise identitária masculina. Ao se tornarem pais, começam a discutir como se cria meninos hoje, o que pode ser bem complexo. “O que é ser mãe?” tem sido a pergunta das mulheres. “O que é ser homem?” tem sido a pergunta dos pais.

IPF: *Como compreender a escolha popular de uma figura como Bolsonaro, cujo discurso perpetua o ódio, intolerância e a violência no Brasil?*

VERA: Somos estruturalmente competitivos e intolerantes. É o pacto civilizatório que permite que convivamos, sejamos solidários e aprendamos a conviver. Quando sustentamos

o pacto social igualitário, vivemos com tolerância e civilidade. Em situações de crise econômica ou política, necessitamos de uma liderança que garanta a manutenção das instituições democráticas. Mas muito frequentemente, como se viu na Alemanha nazista, por exemplo, as situações de crise dão margem à manipulação por grupos com interesses particulares de manutenção de privilégios e abuso de poder. Esses grupos se aproveitam do caos e surgem como alternativa que libera o pior em cada um de nós. Os brasileiros não são piores nem melhores do que outros povos, mas cederam à tentação de resolver o caos com autoritarismo e segregação. Esse movimento tem sido uma tendência mundial e decorre de crises econômicas cíclicas e da falência de alguns modelos anteriores.

IPF: *No cenário político atual, quais obstáculos a psicanálise enfrenta? Qual o papel político da psicanálise e sua relação com as questões sociais mais amplas?*

VERA: A psicanálise precisa “descer do salto” e ir em direção às ruas, às instituições, se fazer ouvir e escutar no espaço público. Discutir dispositivos para atender a população em geral, o que significa pensar modelos fora do enquadre convencional. Não se trata de abolir a clínica consagrada, mas de voltar a pensar a proximidade do cidadão com a psicanálise como se fez nos anos 1920!

IPF: *Muitos postulam a morte da psicanálise. É possível afirmar que as noções freudianas, tais como “Édipo”, são datadas, tendo em vista as mudanças sociais que foram engendradas desde a segunda metade do século XX?*

VERA: Transições podem soar como morte, mas é alarmismo e falta de visão falar na morte da psicanálise. Pelo contrário, os jovens têm se interessado cada vez mais pela teoria e pela clínica psicanalítica. A mídia é ávida pela interpretação dos psicanalistas dos fenômenos sociais. As noções freudianas morrerão se não forem continuamente trabalhadas. Alguém acredita que Freud não estaria revendo seus conceitos se estivesse vivo!? Tensões no campo psicanalítico sempre existiram e nos obrigam a trabalhar e acompanhar um mundo com novas questões e novas formas de sofrimento. Caso contrário, ainda estaríamos afirmando que as mulheres têm um senso moral inferior ao dos homens ou que transexuais são todos psicóticos.

CINEMA

A consciência mística coletiva em Glauber Rocha

Introito:

Brasil, 1974. O movimento Cinema Novo, que havia trazido a vanguarda estética e o engajamento ideológico às telas nacionais com obras revolucionárias de Carlos Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman e, principalmente, Glauber Rocha, agonizara lentamente após o AI-5, uma emenda institucional baixada em 13 de dezembro de 1968, e seus maiores representantes já haviam tomado rumos individuais, cada um em busca de suas poéticas pessoais. Por exemplo, Diegues embarcou numa antropologia cinematográfica barata, embalada numa estética televisiva, em que buscava recontar os mitos históricos brasileiros, como em Os herdeiros e Quando o Carnaval chegar. Joaquim Pedro optou por um tropicalismo lítero-cinematográfico com Macunaíma. Hirszman buscou uma maneira de dar continuidade ao seu cinema de filigranas marxistas. Glauber, já perambulando pelo mundo, após o êxito internacional de O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro, sem deixar de vociferar contra o estado de coisas na política e na arte, optou por uma autoralidade extrema e desprendida.

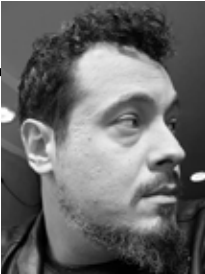
Embora a utopia cinemanovista tivesse sucumbido ao estado vigente, seus idealizadores ainda defendiam um cinema que legasse voz ao proletariado e contestasse o totalitarismo. Mas, em abril daquele mesmo 1974, Glauber daria uma declaração no mínimo incômoda. Em entrevista concedida por carta ao jornalista Zuenir Ventura, o cineasta baiano afirmava categórico que os maiores gênios da raça naquele momento eram o sociólogo Darcy Ribeiro e o general Golbery do Couto e Silva. Ao cravar semelhante assertiva, Glauber possivelmente estivesse antevendo uma possível saída dialética para a condição do governo nacional, amparada por exemplos de intervenções militares em favor do povo, como havia acontecido no Peru e em Portugal. Mesmo assim, os antigos companheiros de

movimento viram suas palavras como uma afronta, um desdém proferido por um auto exilado que desconsiderava o período mais obscuro do regime militar em sua pátria. Glauber se tornara um traidor.

A partir disso, o cineasta amargaria um quase ostracismo artístico a que foi lançado, realizando um cinema muito pessoal, desprendido de preocupações comerciais e afinado com o experimentalismo de Godard e da dupla Straub-Huillet. Testou todas as possibilidades de uma diegese onírica em filmes como Cabeças cortadas (1970) e Claro (1975). Sua aparente anarquia formal segregava uma poética que almejava a exegese da cultura brasileira, mas seus antigos companheiros e seu público permaneciam cada vez mais alijados da particularidade estética glauberiana.

Terra da promessa, em transe:

Com o advento da abertura política e a expectativa de uma nação menos opressora,



Donny Correia

Poeta, escritor e cineasta. Doutor em Estética e História da Arte (USP). Escreveu para O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. Estuda Glauber Rocha há 25 anos. Único brasileiro selecionado pela NASA para ter um poema enviado a Marte na sonda MAVEN (2013).

a partir da segunda metade dos anos 1970, Glauber Rocha retornou de seu exílio determinado a filmar em seu país. Não seria apenas mais uma obra que buscasse resolver a velha discussão da forma x conteúdo, mas uma autópsia da História recente do país mesclada a várias camadas da formação mítica e mística de uma antropologia miscigenada: A idade da Terra. Seria o fechamento de sua trilogia, iniciada com Deus e o diabo na terra do sol (1964) e desenvolvida em Terra em transe (1967).

Desde a Constituição de 1824, já era previsto que a capital nacional fosse levada para o interior do país, como forma de integrar o vasto território brasileiro. Muitos filósofos, cientistas e religiosos profetizaram a Nova Canaã que deveria ser erguida sobre o Planalto Central brasileiro, de onde emanaria uma inédita força constitutiva que redimiria o povo sofrido espalhado pelos quatro cantos do imenso mapa. Tal qual uma rosa-dos-ventos viva, aquilo que viria a ser Brasília era a bússola que apontaria o caminho da ordem e do progresso, conforme postula nossa bandeira, de orientação positivista, de onde o amor foi ceifado.

Para Glauber, Brasília era, de fato, mais que uma cidade cuidadosamente planejada para abrigar os poderes da nação. Antes de tudo, era a força redentora que catalisava toda a formação de um povo. Era o Eldorado encravado no peito de um país assolado por fome, pobreza, falta de liberdade e miséria moral. Seu filme passaria a limpo a formação do brasileiro, em



CINEMA

cuja raiz oscilam beatismo e ceticismo, ousadia e submissão, vontade de potência e desejo de morte.

O devir pela Eztétika do Sonho:

Os quatro Evangelhos canônicos pautam a trilha errática e profana de A idade da Terra. Mateus, Marcos, Lucas e João são reencarnados, no final do século 20, pela figura quadripartida de um Messias terceiro-mundista: Cristo Negro, Cristo Índio, Cristo Português Colonizador e Cristo Militar. O primeiro plano, que abre o filme, é uma explosão em contraluz na qual vislumbramos o Palácio da Alvorada ofuscado pelo Rei Sol que irrompe do amanhecer. O som tribal que corta o silêncio afina-se com a máxima bíblica “No princípio, era o nada...”. E da terra batida do planalto ergue-se o Deus de Pedra para que seu povo se ajoelhe e rogue por salvação. “... e disse Ele, ‘haja luz”.

Todo o primeiro segmento de A idade da Terra obedece a uma cosmogonia que conjumina religião e paganismo. O Adão de Glauber é o Cristo Índio, que nasce da combinação das forças mística e telúrica. Sua Eva é, ao mesmo tempo, uma estátua dourada, uma deusa neoclássica e uma guerreira amazona. A pajelança desse Gênese pessoal é uma celebração da raça verdadeiramente original e uma orgia celebrada nas costas de um pragmatismo social e político castradores. Deus e o Diabo estão na Praça dos Três Poderes. O Diabo é um executivo americano, John Bhrams, que está no Brasil para drenar

toda a riqueza mineral da terra. Ele é Lúcifer, Laio, Édipo e Caim, assim como os Cristos são os quatro cavaleiros do Apocalipse, os arquétipos do corporativismo global que dominaria as relações internacionais nos anos 1980, o niilismo de uma utopia interrompida desde o fatídico 1968 etc.

Por volta de 1972, Glauber havia publicado uma espécie de manifesto intitulado Eztétika do sonho, em que clamava por um cinema realizado a partir dos impulsos mais obscuros do inconsciente criativo do artista. Negava a linearidade da narrativa e implodia a sintaxe da linguagem (desde sua escrita) e do filme.

Subdividido em três grandes blocos, A idade da Terra é um filme que congrega documentário, ficção, teatro, literatura, dança, misticismo afro, arte barroca e um sem número de referências. O palco da narrativa se alterna entre Rio de Janeiro, Bahia e Brasília, mas é na capital federal que a busca por uma consciência formativa coletiva encontra seu alicerce maior. Para Glauber, Brasília é a afirmação da força de um povo oprimido. O concreto retilíneo das construções faraônicas reduz o colonizador a pó, ao ponto de John Bhrams ter um infarto ao sair do aeroporto e se deparar com semelhante maravilha. O “dono do mundo”, como nos é apresentado o personagem, se curva diante da maravilha forjada pelas mãos calejadas e purulentas de operários raquíticos. No ínterim, cada um dos Cristos cumpre a Paixão que lhe cabe, arrebanhando o povo rumo à insurgência.

Uma insurgência que não se completa. Como é próprio a uma nação colonizada, o samba, a bebida e o esquecimento histórico prevalecem e Brasília se revela apenas um entreposto de transações promíscuas, em que o povo é o que menos importa.

O legado:

Em 2019, Glauber Rocha completaria 80 anos. Morreu precocemente, aos 42, em 1981. Naquele mesmo ano, A idade da Terra estreara mundialmente no Festival de Veneza, causando revolta na crítica especializada, que não compreendeu a sofisticação daquele projeto cinematográfico. Isso levou seu diretor a uma cruzada pessoal, em favor de um cinema puro, verdadeiro e desapegado de soluções narrativas e estéticas fáceis. O fracasso da obra foi a última pá de terra lançada sobre o corpo calejado de um Glauber já doente e delirante. Somente à beira da sepultura daquele artista atormentado é que seus antigos pares se reconciliaram com a figura messiânica de Glauber Rocha. Seus maiores detratores se renderam à força do pensamento vivo do cineasta e reconheceram a organicidade de sua filosofia muito pessoal. Hoje, A idade da Terra ainda carece de uma abordagem mais criteriosa, que examine os pormenores da complexa obra, que foi, mesmo que não se soubesse à época, o testamento pessoal e profissional daquele que bradava até seus últimos dias: “Eu sou o Cinema Novo”.

CONEXÕES

Potencial fascismo nos discursos de ódio da contemporaneidade. O que Hanna Arendt e Theodor Adorno têm para nos alertar sobre?

O ódio em forma de etnocentrismo em todos os períodos da história é ininterrupto e na contemporaneidade não aparenta ser tão diferente. Apesar de um grande desenvolvimento tecnológico e um rótulo de sociedade civilizada, esse “mal banal” parece sempre ressurgir.

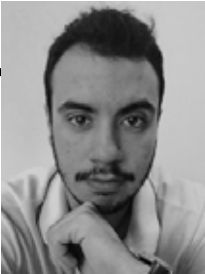
Arendt, que em seu livro Eichmann em Jerusalém, descreve a maldade que este soldado de Hitler fez a milhares de judeus, levando-os aos campos de concentração para morrerem; este que usou como argumento de defesa o fato de que suas atitudes eram apenas cumprimentos de ordens vindas de seus superiores e que não matara nenhum judeu por maldade. Tal argumento causou na pensadora uma necessidade de reflexão sobre o caso e chegou à conclusão que “o mal havia sido banalizado” por quem o praticara. Este encorajamento em disseminar ódio e sem nenhum tipo de reflexão sobre tais atos pode não ser uma atitude que acaba de surgir em nossa época, mas tais fatos encaixam-se em nossa atualidade perfeitamente. O fato de Eichmann ter “apenas cumprido ordens” gerou em si uma sensação de despreocupação perante seus atos, como se milhares de vidas perdidas não tivessem sido culpa do mesmo. Ao longo da história, casos como estes ocorrem de várias maneiras, uma sociedade alienada a algo, ou por alguém, se opõe sobre outra com a intenção de posse e/ou exclusão. Ideologias surgem na sociedade acompanhadas de um grande potencial a um autoritarismo eminente. Durante a história, vários pensadores adentraram neste tema para poderem explicar o que fomenta tantas destas manifestações de ódio, esse que toma forma de xenofobia e racismo, por exemplo. Um destes pensadores, Theodor W. Adorno, em

uma de suas pesquisas, buscou entender que elementos contemplavam as especificidades de uma personalidade autoritária na população dos EUA por volta do ano de 1950. O mesmo notara que mesmo ali, em uma das nações que mais se opunha ao eixo, existiam fortes tendências fascistas quanto os nazistas. Muitos grupos de caráter etnocêntrico em nossa atualidade parecem estar em ascensão a cada dia. Isto não significa que já não existissem, mas com um representante de caráter autoritário subindo ao poder da presidência, tem-se dado maior abertura para pessoas que partilham deste “fascismo em potencial”. Seus discursos ganham maior circulação, maquiados de naturalidade, oprimindo continuamente as classes que estes subjugam. Todos esses movimentos sociais mostram o quanto uma personalidade com um potencial fascista grandíssimo move outras pessoas com ideais semelhantes: “Eles representam a identificação cega com o coletivo” (ADORNO, 1995b, p. 127.).

Uma grande descoberta de Adorno foi de que todos aqueles que possuíam o potencial fascismo eram incapazes de lutar por sua autonomia. Tratam-se de perfis de pessoas conformadas, que acreditam no poder de uma força única e dominante para a resolução de todos os problemas. Nosso cenário político atual, munido de tantos movimentos instigando ódio na população contra outros partidos de opiniões contrárias, fere em debates e protestos uma população dividida e alienada, que nas mãos de partidos que buscam somente o benefício próprio, alienam uma massa de pessoas através de discursos simplistas, por meio, principalmente, das mídias de fácil acesso. Para Hanna Arendt, esses influenciadores que, aos poucos vão

retirando o senso crítico/político da sociedade através da propagação de ideias deturpadas, lentamente vão injetando um senso separatista na população. Para ela, “A propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de governo”.

Vemos hoje pessoas que disseminam ódio se escondendo por detrás de um perfil em uma rede social, de um carro num trânsito movimentado, incorporando um bom trabalhador, cumpridor das leis e pagador de suas dívidas (assim como o militar nazista dizia ser), sem que se perceba o risco da proporção das diretrizes que estas condutas tomam: semelhante à Do militar Eichmann, tem-se a despreocupação com o impacto na existência do outro. Pode-se falar ofensivamente, xingar ou até recorrer para agressões físicas, sem que isso acarrete em nenhum remorso aparente. Hanna afirma que o mais viável seria a constante monitoração para não cairmos nas mesmas armadilhas, e lutarmos por uma sociedade melhor, com menos pensamentos destrutivos e mais ideias reformadoras, buscando, ou pelo menos tentando, uma harmonia mútua em cada cidadão; portanto cabe dizer “Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca, que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na terra”. - (ARENDT. Homens em tempos sombrios [prefácio], 1968, p. 9).



Gabriel Arndt
Acadêmico do 5º ano de Psicologia na Unicesumar. Membro do Instituto Psicologia em Foco e secretário da Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Maringá – EPPM.



casas, apartamentos, comerciais ou terrenos?





IMOBILIÁRIA
SILVIO IWATA



faça uma decisão de
CONFIANÇA!

www.silvioiwata.com.br

Mulheres na História: apontamentos para compreender a opressão.

Escrever sobre a história das mulheres é encarar panoramas perturbadores: independente do recorte que se faça, geográfico, de classe social, etnia, geracional, a história das mulheres é comumente uma história de opressão, já que o gênero é a primeira instância de poder. Nas sociedades ocidentais é de praxe encontrar as mulheres ocupando patamares inferiores, não importa qual a instância de análise. Obviamente houve mulheres extraordinárias, alçadas pelos estudos históricos como excepcionais, o que foi muito importante para a valorização de suas ações e o empoderamento feminino.

Porém, algumas informações que marcaram a Era Moderna são fundamentais para o propósito deste texto: por uma questão de gênero, mulheres taxadas como bruxas foram condenadas pela Inquisição, seja por expressarem sua sexualidade livremente ou por deterem conhecimentos de ervas e alquimias de origem pagãs (portanto anticristãs), seja por estarem na posição de amantes envolvidas com homens comprometidos maritalmente ou por engravidarem e decidirem interromper a gestação. Enfim, a opressão às mulheres aumentou em consonância com o desenvolvimento do capitalismo e com o fortalecimento do matrimônio enquanto instituição reconhecida pelo Estado, o qual passou a se preocupar com os índices de natalidade. De modo geral no processo de racionalização do mundo as mulheres sofreram as mais diversas sanções, conforme aponta Silvia Federici (2017).

Neste sentido, conhecer os obstáculos historicamente determinantes, ou seja, perceber a historicidade na determinação dos papéis de gênero é interpretar a condição das mulheres de agora, herdeiras dessa historicidade; é assumir os conflitos advindos dessa mudança de paradigma e expressos nos tempos atuais.

Mulheres de outrora se posicionaram, muitas vezes de forma radical, expressando seu descontentamento em relação ao lugar social estabelecido ao gênero feminino. No final do século XIX esse movimento social emancipatório recebeu o nome de feminismo

e, como sua primeira instância de luta esteve ligada ao direito de votar, as sufragistas foram alcunhadas pejorativamente como sufragettes. Em sua vertente liberal o movimento foi liderado por mulheres das classes médias urbanas e alfabetizadas; pode ser considerado um movimento internacionalista e valeu-se da imprensa como veículo de divulgação de suas ideias e reivindicações. Concomitantemente ao feminismo liberal houve outras frentes, como os vinculados às ideias anarquistas e socialistas. Em comum: a luta pelo reconhecimento de direitos e oportunidades iguais para mulheres e homens, enfim, pela igualdade entre os seres humanos.

Alguns dados sinalizam os aspectos restritivos ao gênero feminino especificamente no Brasil: as mulheres só tiveram acesso ao ensino superior a partir de 1879 e conquistaram o direito de votar apenas em 1932. Tais informações mostram a emancipação social morosa do sexo feminino e, consequentemente, o acesso tardio à cidadania. Da mesma forma, questões ligadas à moralidade e aos costumes patriarcais estipulavam condutas, comportamentos e até profissões consideradas adequadas às mulheres. As desajustadas eram taxadas com os nomes mais degradantes, ‘palavrões’ que comumente brotam também nas bocas de outras mulheres, incapazes de perceber que de uma forma ou de outra, isso as afeta também. Daí a importância da ideia de sororidade, conceito que pretende incentivar a necessária irmandade feminina, ou seja, a união das mulheres para defesa mútua.

A partir dos anos 1960 uma nova frente de luta passou a problematizar as temáticas ligadas ao corpo. No contexto dos movimentos da contracultura, as feministas questionaram a reprodução – quase compulsória – a sexualidade e a heteronormatividade. Com o advento da pílula anticoncepcional uma verdadeira revolução subterrânea teve início com a ideia de que o pessoal é político: a emancipação se deu também por meio do direito de escolha. O reflexo disso nos países centrais foi o debate sobre o aborto: na Alemanha, por exemplo, o direito à interrupção da gravidez é garantido

desde os anos 1970. É possível afirmar que o mote central das diversas vertentes dos feminismos atuais é: “Meu corpo, minhas regras!”

Fica evidente que muitas sementes plantadas pelas defensoras dos direitos das mulheres de outrora, foram colhidas, mas o status de degradação e a ideia de submissão permanecem; por isso o ‘denuncismo’ deve ser a palavra de ordem das que se posicionam em defesa das mulheres. Não é raro no senso comum ouvir que a culpa pelas diversas violências sofridas é das mulheres estupradas, das violentadas pelo companheiro, das abusadas no espaço doméstico. A culpabilidade da mulher é regra em sociedades falocêntricas, como é o caso da nossa. A postura submissa aprendida desde a infância pelas meninas funciona como um dispositivo para sua inferiorização, conforme sugere Pierre Bourdieu em A dominação masculina (2014): sentar de pernas fechadas, sorrir com condescendência, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. Essa lista é imensa, mas o que importa é questionar tais assimilações que, apesar de parecerem ingênuas, refletem a inferioridade que se espera das mulheres.

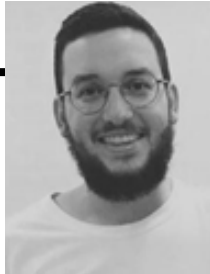
A história mostra que o caminho foi longo, árduo e que não foram poucas as conquistas. No entanto, as estatísticas apontam que temos muitas veredas ainda para percorrer: é altíssimo o índice de mulheres mortas vítimas de violência (a lei do feminicídio de 2015 foi uma conquista); mulheres são as mais vulneráveis no tráfico de pessoas; ainda há discrepância salarial entre homens e mulheres na mesma atividade laboral; meninas são mais expostas à violência doméstica e não é menos violenta a criminalização do aborto, que torna a gestação obrigatória. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 16 milhões de mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de violência no decorrer de 2018 (agressões virtuais incluídas). Conhecer as lutas das feministas do passado funciona como farol: esclarece e auxilia os caminhos a percorrer.



Isabela Candeloro Campoi

Doutora em História e atua como professora da Licenciatura em História na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus de Paranavai. Faz parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranavai e é membro da Marcha Mundial das Mulheres.

CONEXÕES



Pedro Aurélio dos Santos Luiz

Pedro Aurélio é mestre em História Social pela (UEL), especialista em Patrimônio e História, Políticas Públicas e Gestão Pública. Atualmente é funcionário efetivo da Câmara Municipal de Arapongas atuando como coordenador de projetos pedagógicos.

CONEXÕES

à presidência que utilizava de um discurso moralista e conservador, com o argumento de que era a única esperança ao país que vivia um perpétuo 7 a 1 político. Explorar essas relações entre história, política e futebol perpassa algumas áreas específicas da pesquisa em ciência histórica, como a História Política, a História Cultural, o Ensino de História, e também a História Pública. A História Pública pesquisa o conhecimento histórico que circula na sociedade, não apenas aquela história presente na academia, mas o

conhecimento comum sobre a História. Cabe ao historiador intermediar esse diálogo entre os pesquisadores e a sociedade, entender que história está sendo absorvida pela sociedade e porque muitas vezes uma história não ideal esteja fazendo mais sentido que a história que é fruto da pesquisa. Quando nos propomos a lidar com o tema Brasil Historicidade, temos a ciência que lidamos com uma reflexão que é presente e que infelizmente agoniza. O intenso questionamento ao conhecimento histórico científico acaba por

deslegitimar o papel social do historiador, é então que precisamos pensar em que momento erramos e o que podemos fazer. Acredito que a articulação de um fenômeno cultural como o futebol com a história do Brasil é capaz de construir conhecimento histórico eficaz e utilizável para a vida prática de qualquer sujeito, pois a consciência histórica ainda é e sempre será supressora de carências de orientação e significativa na promoção de valores humanistas.



Flávio Ricardo Vassoler

Escritor de vários livros e Doutor em Letras pela FFLCH-USP, com pós-doutorado em Literatura Russa junto à Northwestern University (EUA).

Os inimigos do homem serão as pessoas de sua própria casa: crítica e apologia social em “Pai contra mãe”, de Machado de Assis.

Não julgueis que vim trazer a paz à terra. Vim trazer não a paz, mas a espada. Eu vim trazer a divisão entre o filho e o pai, entre a filha e a mãe, entre a nora e a sogra, e os inimigos do homem serão as pessoas de sua própria casa. (Nota: vangelho segundo Mateus”, capítulo 10, versículos 34 a 36. In: Bíblia sagrada. Tradução dos originais mediante a versão dos monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico).

No princípio era o verbo? Não. No princípio eram o choro e o ranger de dentes. Como um obstetra que nos dá as boas-vindas a este mundo com um tapa que nos faz chorar – bem-vindos ao nosso vale de lágrimas –, o narrador machadiano de “Pai contra mãe” rasga o ventre de seu conto sentenciando que “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. Estaríamos, então, inequivocamente envoltos por um ethos – ou melhor, um pathos – machadiano a referendar a (e a se resignar diante da) iniquidade da história e da natureza humanas. Ora, mas e se a dubiedade do olhar de cigana oblíqua e dissimulada de Capitu – dubiedade com a qual só conseguimos entrar em contato por meio do relato deveras enviesado de Bentinho, o Dom Casmurro

potencialmente traído por Capitu – pudesse se confundir com a própria estrutura narrativa de “Pai contra mãe”? Nesse caso, apologia e crítica sociais estariam umbilical e incestuosamente enredadas, o que nos permitiria insinuar que o narrador machadiano, para quem o grotesco e o cruel seriam as balizas (o arame farpado) de nossa história, seria dialeticamente pessimista: no ventre do conto a arremessar o pai contra a mãe, haveria também a possibilidade de revelar (e criticar) a ordem social que pressupõe o grotesco e o cruel como sentinelas inequívocas. Analisemos, então, como o joio da apologia e o trigo da crítica sociais se fundem e se confundem em “Pai contra mãe”. Apenas não percamos de vista que a tentativa de separar o joio do trigo, isto é, o ímpeto de arregimentar Machado de Assis, inequivocamente, ou como menestrel do niilismo, ou como estandarte da revolução tende a empobrecer o caráter polissêmico de sua estrutura narrativa a acompanhar as contradições de uma ordem social e humana que, até hoje, ainda não conseguiu prescindir do grotesco e do cruel como sentinelas de nossa história.

Em meados do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, o narrador cinicamente crítico – e/ou criticamentecínico – de “Pai contra mãe” nos diz

que “os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada”. Ora, se os escravos fugiam com frequência, muitos repudiavam os aguilhões da escravidão – mas, ainda assim, como nem todos gostavam da escravidão e como nem todos gostavam de apanhar pancada, podemos deduzir que havia também, sempre segundo as (contra) informações do narrador machadiano, aqueles que rezavam segundo o discurso da servidão voluntária. O curioso (e sintomático) é que grande parte dos escravos fujões era apenas repreendida, já que poderia haver “alguém de casa que servia de padrinho [ao escravo]”, e talvez o dono não fosse “mau; além disso, o sentimento de propriedade modera a ação, porque dinheiro também dói”. Assim, a moderação da ira senhorial – moderação que, por vezes, lançava mão do chicote e do pelourinho como instrumentos de catequese – ocorria não pela mediação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujo conteúdo emancipatório ainda não chegara ao Brasil escravocrata de então, mas pelo prejuízo pecuniário que o senhor poderia sofrer ao avariar sua mercadoria escrava. Ora, nós bem

Já parou para pensar o quão presente o futebol é no cotidiano do brasileiro? Desde a pelada no fim de semana, na camiseta de clube que seu namorado(a) usa para ir no restaurante, no programa esportivo que é transmitido diariamente no seu horário de almoço ou até aquele bloqueio nas ruas próximas aos estádios. Historicamente o processo de formação social, cultural e política do Brasil já sofreu influências direta ou indiretamente do futebol. Logo, por que não usar tal eixo temático para aprender História? Desde a chegada da prática do futebol ao Brasil, tal fenômeno cultural já causava alguns embates sociais nos estratos que a praticavam. Vindo como um esporte de elite, sua apropriação pelos setores populares, principalmente o operário, logo causa estranhamento por parte dos clubes de elite, sendo seus esportistas em grande maioria estudantes que possuíam tardes ociosas e a destinavam ao futebol. Alguns cronistas como Mario Filho apontam que o conflito era a priori racial, onde o negro sofria uma assídua discriminação dentro do campo de futebol, mesmo os que atuavam em equipes de alto escalão procuravam mascarar suas

raízes étnicas em busca de maior aceitação. Além de representar luta racial, o futebol também já se apresentou historicamente como estratégia de apoio e de oposição política de governos brasileiros. Alguns exemplos mais tardios nos mostram claramente tal relação, desde o uso do futebol por Getúlio Vargas como símbolo de identidade nacional, passando pela rede de influências montada pelos governos militares para articular apoio popular nos quatro cantos do Brasil, fato que consolidou a saudosa máxima “onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional”, ou mesmo a organização de movimentos políticos que surgem dentro dos clubes de futebol na década de 1980 que exerceram grande oposição ao regime militar brasileiro, como a Democracia Corinthiana liderada por Sócrates, Wladimir, Casagrande, Zenon, Adilson Monteiro Alves, entre outros. Trazendo o debate para o tempo presente, nós podemos articular dois momentos específicos para evidenciar como o futebol influencia direta ou indiretamente nas tomadas de decisões políticas, nas eleições ou mesmo na opinião pública.

Gol da Alemanha. Hoje recurso linguístico que significa o desastre e o caos, representa muito bem o momento vivido pelo Brasil a partir de 2014, ano de Copa do Mundo no Brasil e reeleição de Dilma Rousseff. A derrota da seleção brasileira para a Alemanha por 7 a 1 apenas premeditou todo o caos político que viria a acontecer com o Brasil. Afogado em cotidianos escândalos de corrupção, a política brasileira sofre em 2016 mais um golpe. O futebol se mostrou novamente formador de opinião. A partir de 2016, cresce dentro das torcidas organizadas dos grandes clubes de futebol coletivos democráticos que repudiam a virada conservadora que o governo brasileiro toma, principalmente com o presidente Michel Temer. E a crítica se direciona efetivamente a ascensão de figuras políticas conservadoras que questionam direitos sociais antes perpetuados. Contudo, inúmeros esportistas como Lucas Moura, Felipe Melo, Jadson, entre outros, foram na contramão desses movimentos surgidos dos setores populares das torcidas organizadas. Muitos jogadores de futebol declararam publicamente apoio ao candidato

CONEXÕES

poderíamos ler essa verdadeira chicotada – “dinheiro também dói” – como uma crítica sumamente epigráfica à ordem social que administrava seres humanos como coisas. Mas, como em Machado de Assis a ordem social é (retro)alimentada pelo legado de nossa miséria ontológica, o capitalismo à brasileira também poderia ser a luva a calçar a mão da natureza humana. Como tal ferida histórica não apenas não foi cicatrizada como parece expelir cada vez mais pus – a dubiedade machadiana bem poderia insinuar que as tentativas reformistas e/ou revolucionárias de amenizar nossas feridas históricas com mertiolate também visaram provocar ainda mais agonia e ardência no corpo social –, a atualidade da crítica social apologista de “Pai contra mãe” parece residir em sua capacidade de escarafunchar contradições ainda não superadas – para um sem-número de personagens machadianas, trata-se de contradições insuperáveis.

Paridos a fórceps o grotesco e o cruel do conto machadiano que arremessará o pai contra a mãe, ficamos sabendo que, em meio à sociedade brasileira oitocentista encimada por uma exígua cúpula de senhores e assentada sobre o dorso prostrado da escravidão, “pegar escravos fugidios era um ofício do tempo”. Mas, ora, quem eram os atores sociais que se aventuravam por tais veredas esguias e o que os levava a um ofício tão incerto? Nosso narrador prontamente nos revela que [...] ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso e, alguma vez, o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

É assim que, para Cândido Neves, descendente do ethos macunaímico de Leonardo Pataca, o anti-herói – ou, por outra, o herói à brasileira – de Memórias de um sargento de milícias (1854), de Manuel Antônio de Almeida, o ofício – ou melhor, o biscate – de captor eventual de escravos era como a ocasião que faz o ladrão, já que Candinho era acometido pela síndrome do caiporismo, isto é, o rapaz não parava quieto nos (sub)empregos que, vez por outra, ele amealhava entre um fiado e outro no boteco, entre um jantar e outro na casa de parentes e amigos. Assim, como os donos dos escravos fugidos prometiam gratificações generosas para os captores em seus anúncios nos jornais, o caiporismo e o dinheiro fácil faziam com que Candinho ressignificasse o anátema divino do Velho Testamento: Ganharás o pão sem o suor

do teu rosto.

Não deixemos de notar que, em meio ao darwinismo social à brasileira, a lei dos senhores brancos só fazia legar o salve-se quem puder à legião de espoliados pardos, mestiços e negros. Assim, a crueldade machadiana faz com que o (anti-)herói de “Pai contra mãe” seja submetido à dupla eugenia de se chamar Cândido Neves. E, como se tal tentativa de arrefecer/embranquecer a negritude como destino social não fosse suficiente, o grotesco machadiano faz com que Candinho se apaixone pela costureira Clara. Em face do casamento do caipora com a costureira, Mônica, tia de Clara, não tem muita dificuldade em fazer as vezes de pitonisa: “Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome”. Não deixemos de notar, ademais, que,

Desde a Idade Média, [o nome Mônica] tem sido associado ao termo latino moneo, que quer dizer conselheiro, e ao termo grego monos, que significa um, único. No século IV d.C., esse nome surge a partir da santa norte-africana Mônica de Hipo, mãe de Santo Agostinho, a quem ela converteu ao cristianismo. Como a crueldade machadiana e o grotesco da realidade social parecem não ter fim, a Mônica do nosso conto é a conselheira singular que traz a divisão entre o pai e a mãe – na paródia de Machado de Assis, o nome da mãe de Agostinho de Hipona, canonizado pelas Confissões (397-398 d.C.) do teólogo católico, invoca o anátema de que o filho de Cândido e Clara seja conduzido não à pia batismal, mas à Roda dos Enjeitados.

No princípio era o verbo – abortar.

Diante da crescente concorrência com a legião de caiporas/captores de escravos e costureiras que faz minguar os ganhos já exíguos de Candinho e Clara; diante da ordem de despejo iminente do locatário do casebre; diante da comida cada vez mais irregular e escassa, a tia e apóstata Mônica prega o 11º Mandamento: Abortarás.

Eis, então, o que o narrador machadiano nos revela em um trecho que parece extraído do Evangelho segundo Mônica Iscariotes: A situação era aguda. [Candinho e Clara] Não achavam casa nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua. Não contavam com a tia. Tia Mônica teve a arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio. Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dois, para que Cândido Neves, no desespero da

crise, comesse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as queixas de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do obséquio e iriam dormir melhor do que cuidassem. Para abrigar Candinho e Clara, tia Mônica Iscariotes espera que o casal seja despejado; para que Candinho abandone de vez o caiporismo, tia Mônica Iscariotes espera que o pai enjeite o filho; ainda que tenha uma carta na manga para impedir que Candinho e Clara durmam ao relento, tia Mônica Iscariotes ouve as queixas de Clara, mas não consola a sobrinha. Se, para a tia Mônica dos Anjos, a mão que afaga é a mesma que apedreja; se, para a tia Mônica Citotec, é preciso jogar o bebê fora junto com a água do banho para salvarguardar a banheira; se, para a tia Mônica Maquiavel, os fins legitimam os meios, bem podemos entrever por que, no Evangelho segundo Mônica Iscariotes, Judas trai Jesus Cristo com um beijo.

Ocorre que, mesmo com todo o caiporismo de Candinho, o rapaz parece ter verdadeira afeição por Clara e, antes mesmo do nascimento do bebê, Candinho já parece amá-lo enternecidamente. Neste momento, os leitores escolados de Machado de Assis já tentam encontrar alguma fissura no amor paterno de Candinho por conta da utilização do verbo parecer. Na verdade, logo veremos que o amor de pai – amor que não deixa de ter seus laivos narcísicos – se afirmará, grotescamente, contra o amor de mãe, já que “nem todas as crianças vingam”. Mas, antes de chegarmos à vitória de Pirro – ao vencedor, as batatas – do filho do captor de escravos Candinho sobre o filho da escrava Arminda; antes de chegarmos, a bem dizer, a um dos desenlaces mais cruéis da obra de Machado de Assis, voltemos ao calvário dos pais Cândido Neves e Clara, já que o filho do casal acaba de nascer. “Notai que era um menino e que ambos os pais desejavam justamente este sexo”. Escarra na boca que te beija: o narrador machadiano faz com que tal afeição tenha a dupla (e dúbia) função de enternecer o coração dos pais ao mesmo tempo em que torna ainda mais árdua a via crucis do filho rumo à Roda dos Enjeitados. Mas, ora, diante da penúria, que fazer? Para que consigamos oferecer a outra face, é preciso que todos e cada um de nós tenhamos um rosto – o espectro da tia Mônica Iscariotes só faz sentenciar que o velho dito de que onde

CONEXÕES

comem dois também comem três não compra a fiado nem na mercearia do irmão do padre. Então, diante da penúria, que fazer? Fazer, executar. 11º Mandamento: Abortarás. Assim, Clara e Candinho mal puderam dar algum leite ao bebê – chegara a hora de enjeitá-lo de vez. Mas, “como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte”. Repleto de comiseração pelo filho, Candinho aproveita a noite derradeira para ler e reler, um a um, os últimos anúncios que prometiam recompensas para captores de escravos fugidos. A maioria lhe pareceu fogo fátuo – meras promessas ou gratificações escassas. Uma recompensa por uma mulata, no entanto, subia à polpuda soma de cem mil-réis. Na manhã seguinte, Candinho se embrenhou pelo centro do Rio de Janeiro à caça de pistas da escrava fugida, mas nada logrou descobrir. Quando do triste retorno ao casebre em que morava de favor após o despejo, Candinho encontra tia Mônica com o bebê já pronto para ser levado à Roda dos Enjeitados. Diante da miséria patente e da resignação cabisbaixa de Clara, o pai decide abortar o filho. Reparemos que a Roda dos Enjeitados ficava “na direção da rua dos Barbonos”, cujo nome alude aos “membros da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, [uma] ordem religiosa franciscana e reformada”. Como uma faca só lâmina – a mesma faca que degolará o filho de Candinho –, a crueldade machadiana e o grotesco da ordem social e humana só fazem abortar a bondade e a compaixão que remontam a São Francisco de Assis.

Candinho fizera com que Clara amamentasse o filho uma última vez antes de enjeitá-lo; o pai queria levar o filho de volta para casa enquanto percorria a via crucis rumo à Roda dos Enjeitados; o pai agasalhava o filho e lhe cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Súbito, “na direção do Largo da Ajuda, [Candinho] viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida”. Tomado por enorme comoção, o pai pede a um farmacêutico que cuide do filho por um instante e dispara rumo à captura da escrava Arminda, cuja condição reificada desponta desde o próprio nome, já que, “possivelmente, Arminda é a forma feminina de Armend, nome masculino albanês que significa ‘mente dourada’, a partir dos elementos ar, que quer dizer ‘ouro, dourado’, e mend, que quer dizer ‘mente’”. Como a escrava Arminda não pertence a si mesma, sua mente a remete primeiramente ao arbítrio de seu senhor; depois, durante os momentos contingentes de fuga e liberdade condicional,

a mente de Arminda é alienada em função da legião de captores de escravos, dentre os quais desponta nosso caipora Candinho. E Arminda, é claro, vale ouro – mais precisamente, cem mil-réis, quantia polpuda que, ao menos por ora, revogaria o aborto do filho pelo pai. Assim, no Largo da Ajuda, o darwinismo social daquele Brasil grotesco e cruel sentença que a sobrevida do filho de Candinho pressupõe os aguilhões contra os pulsos e tornozelos de Arminda – isso para não mencionarmos a suma tortura com a “máscara de folha-de-flandres, (...) [que] tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado”.

Se terminasse com a captura de Arminda e a sobrevida (momentânea) do filho do caipora Candinho, o conto já seria grotesco. Ocorre que tanto o nilismo quanto a crítica e a apologia sociais de Machado de Assis delegam à crueldade o papel de revelar por que o conto se intitula “Pai contra mãe”. Assim, enquanto se contorcia para tentar escapar das mãos robustas de Candinho, Arminda lhe implorou “que a soltasse pelo amor de Deus. ‘Estou grávida, meu senhor!’, exclamou. ‘Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser’”. Pobre Arminda: é por amor de seu próprio filho que Candinho não pode soltá-la; é por amor de seu próprio filho que Candinho não pode permitir que Arminda tenha o ventre livre. No Brasil oitocentista, ser senhor de escravos é condição para muito poucos. Se Candinho mal consegue alimentar Clara e seu filho, como é que o caipora arcaria com os custos de manutenção de Arminda? Assim, com a frieza aguçada pelo darwinismo social da guerra de todos contra todos, Candinho grita para Arminda: “Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?”

Quem lhe manda fazer filhos e abortar depois, Candinho?

A obra de Machado de Assis bem poderia responder: a ordem humana, como legado de nossa miséria, e a ordem social, reproduzindo a miséria como nosso legado. Duas faces da mesma moeda que compra e vende legiões de Armindas.

Quando, após muito choro e ranger de dentes, Candinho chega com a escrava à casa de seu dono, uma cena ainda mais dantesca é parida: Arrastada, desesperada [e] arquejando, (...) Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as

duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta, a escrava abortou. Cúmplice como Candinho – e como os leitores/espectadores –, o narrador machadiano sentença que, “entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono, Cândido Neves viu todo esse espetáculo”.

Mas, ora, que importava a Candinho o filho morto da escrava se seu filho pôde voltar para casa? Que importavam a Candinho as palavras duras da tia Mônica contra a fuga da escrava e contra o aborto de Arminda? (Segundo a liturgia do poder, a vítima, por ser vítima, já é culpada; afinal, não é o pássaro que busca a proteção da gaiola?) Beijando o filho (e as duas notas de cinquenta mil-réis) entre lágrimas verdadeiras, Cândido Neves abençoa a fuga de Arminda – a bem dizer, Cândido Neves abençoa a escravidão que também o aguilhoa. Afinal, sentença o pai embalando o filho sobrevivente, “nem todas as crianças vingam”. Por ora, Candinho venceu. Por ora, seu filho sobreviveu. Mas, além de os cem mil-réis não serem eternos, o caiporismo paupérrimo de Candinho e Clara precisa rezar, de fato, pelo pão nosso de cada dia. O narrador de “Pai contra mãe” bem poderia sussurrar para Candinho: amanhã, meu caro, há de ser outro dia, já que pau que bate no filho de Arminda também bate no filho de Clara. Afinal, em meio à obra dialeticamente pessimista de Machado de Assis, nem todas as crianças vingam.